CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua Hugo Carneiro, n° 567 – Bairro Bosque

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DE 12 DE JULHO DE 2024.

Ata da 13ª audiência pública da quarta sessão legislativa da décima quinta legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco – estado do Acre: Debater acerca do Projeto de Lei Complementar nº 12/2024, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, sob a presidência do **vereador Ismael Machado**, autor do requerimento, secretariado pelo **vereador Fábio Araújo**, foi declarada aberta a audiência pública. Estiverem presentes os (as) convidados, os (as) senhores (as): **Vereador João Marcos Luz**; **Wilson José Chagas Leite** – Secretário Municipal de Finanças; **Valdenir Júnior** – Secretário em exercício da SEPLAN; **Eusébio Pinheiro** – Diretor de Orçamento da SEPLAN; **Marina Jardim** – Diretora de Planejamento do Ministério Público do Estado do Acre; **Roslaine Alves** – Diretora de Gerenciamento de Projetos; Sandro – Contador da Secretaria de Finanças. **Vereador Ismael Machado**, presidente, cumprimentou os presentes e explicou o rito da audiência. A seguir, contextualizou o cenário motivador para realização da audiência. Em sequência, os **convidados** teceram suas considerações iniciais. **Eusébio Pinheiro** - Diretor de Planejamento Estratégico da SEPLAN, assomou a tribuna e deu início à apresentação, com apoio de técnicos da pasta e, com auxílio de recurso de mídia (slide), expôs os principais elementos da Lei de Orçamentária; destacou as mudanças da formula do cálculo proposta pela Secretaria do Tesouro Nacional; chamou atenção para a reforma tributária de 2026; apresentou as metas fiscais de 2025, a receita total de dois bilhões com um resultado primal de um bilhão e meio com resultado primário de quatro milhões, trezentos e dez mil. Evidenciou que o orçamento está separado da previdência, pois, são recursos altos e o resultado primário era de um milhão trezentos e cinquenta e nove. Em se tratando do resultado nominal, dos recursos economizados, eram dezoito milhões. Tratou da estimativa destinadas aos impactos ambientais, por fim, chamou atenção para o crescimentos das despesas fixas e contínuas que podem causar redução da receita. Aberto o período de discussões: **Wilson José Chagas Leite** – Secretário Municipal de Finanças de Rio Branco assomou a tribuna. Tratou dos cuidados com as despesas; chamou atenção para os investimentos na educação e saúde, por fim, destacou a importância da LDO para desenvolver emprego e mobilizar o comércio. **Marina Jardim** – Diretora de Planejamento do Ministério Público do Estado do Acre assomou a tribuna. Tratou do desafio da Gestão Pública em equilibrar as demandas com o orçamento e assegurar os direitos básicos da população. **Vereador João Marcos Luz** assomou a tribuna. Destacou os investimentos em favor da mobilidade urbana e os feitos da gestão do prefeito Tião Bocalom. **Vereador Fábio Araújo** assomou a tribuna. Destacou que as previsões da LDO não são agradáveis. Chamou atenção para o resultado primário negativo. **Vereador Ismael Machado** assomou a tribuna. Questionou as variações das estimativas na LDO. **Valdenir Júnior** – diretor assomou tribuna. Em resposta ao vereador Fábio Araújo informou que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) conforme a Lei Complementar 198/2023 estabelece a redução para os municípios que tiveram diminuição da população, a redução seria diluída nos próximos dez anos. Evidenciou que o valor vai variar de ano em ano conforme a distribuição populacional. **Eusébio Pinheiro** – Diretor de planejamento Estratégico da SEPLAN assomou a tribuna. Esclareceu que as projeções foram feitas de acordo com o crescimento da despesa e que esse resultado do cálculo pode ser a possível previsão da futura estimativa. Por fim, informou que o município tem dinheiro, mas que de acordo com a metodologia de cálculo da padronização da fonte ou destinação de recursos se tem um aumento das despesas, mas se

não existe arrecadação ocasiona o negativo na receita. **Vereador Ismael Machado** assomou a tribuna. Chamou atenção para os cálculos da receita de 2021/20212. **Wilson José Chagas Leite** – Secretário assomou a tribuna. Ratificou que o equilíbrio das contas públicas foi possível em 2021 por causa do Decreto do Governo Federal que proibiu novas despesas e contenção de gastos. **Vereador Fábio Araújo** assomou a tribuna. Evidenciou o controle de gastos das contas públicas. **Vereador Ismael Machado** assomou a tribuna. Questionou se as emendas constam na previsão da receitas **Eusébio Pinheiro** – Diretor de Planejamento Estratégico da SEPLAN informou que as emendas foram previstas na estimativa, relembrou que o repasse da Câmara é único e não há aumento. Por sua vez, o **vereador Ismael Machado** fez suas considerações finais. Agradeceu os convidados e a participação no debate. Destacou o cumprimento que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, os convidados fizeram suas considerações finais. Notas taquigráficas e registro fotográfico. Nada mais havendo a tratar, a audiência foi encerrada, às 10h40 e, para constar, foi lavrada a presente ata, que após ser lida e aprovada, foi assinada pelo presidente:

ISMAEL MACHADO
Presidente 13ª Audiência Pública/2024

FÁBIO ARAÚJO
Secretário 13ª Audiência Pública/2024